

No hay mañana sin ayer – Outras narrativas da nação em Os sobreviventes da noite, de Ungulani Ba Ka Khosa, e Actas da Maianga, de Ruy Duarte de Carvalho

LIVIA APA
Università degli Studi di Napoli l'Orientale

RESUMO: O TEXTO PRETENDE ABORDAR A QUESTÃO DA NAÇÃO ENTENDIDA COMO CORPO NACIONAL E, NESTA PERSPECTIVA, TRABALHAR O PROBLEMA DAS SUAS MARGENS E DE COMO ELAS ENTRAM NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL NO CONTEXTO PÓS-COLONIAL. SUBJACENTE A ISSO DESTACA-SE A QUESTÃO DA NARRAÇÃO ENTENDIDA COMO FORMA CAPAZ DE REGISTRAR A MEMÓRIA PARTILHADA DE UM POVO.

ABSTRACT: THE TEXT INTEND TO APPROACH TO THE QUESTION OF NATION UNDERSTOOD AS THE NATIONAL BODY, AND TO THIS PERSPECTIVE, ANALYZE THE PROBLEM OF ITS MARGINS, AS WELL AS INVESTIGATE HOW THEY PARTICIPATE ON THE PROCESS OF BUILDING NATIONAL IDENTITY IN POST-COLONIAL CONTEXT. UNDERLYING THIS THERE IS THE QUESTION OF NARRATIVE UNDERSTOOD AS A FORM CAPABLE OF REGISTERING THE SHARED MEMORY OF A PEOPLE.

PALAVRAS CHAVE : MEMÓRIA DO CONFLITO, IDENTIDADE NACIONAL, NARRAÇÃO.
KEYWORDS: MEMORY OF THE CONFLICT, NATIONAL IDENTITY, NARRATION.

Après des périodes de grandes fièvres – soulèvements, guerres, révolutions, massacres, génocides – les sociétés accumulent des silences pour faire en sorte que tous les citoyens poursuivent leur vie ensemble. Ce n'est qu'ensuite que les mémoires douloureuses remontent à la surface des sociétés. Et parfois, alors, des conflits commencent.

La représentation d'une chose passée peut être un acte anodin quand il s'agit de souvenirs personnels. Mais, dès que ces représentations touchent plus profondément l'individu, dès qu'elles entrent en contradiction avec le discours officiels, les fondements du droit ou les souvenirs d'autres groupes de personnes ayant vécu les mêmes événements, la réminiscence devient moins évidente et plus douloureuse.

Benjamin Stora

Tal como na construção autonarrativa, representada pela experiência psicanalítica, a narração criada pelo próprio processo de construção de uma identidade nacional, o mais possível colectiva, não pode prescindir de uma necessária obra de costura de todo o complexo jogo de narrações e contra-narrações de que se compõe a própria memória da nação pós-colonial. Muitas vezes se tocam materiais porosos, cujas fronteiras, porém, fragmentam a homogeneidade do discurso hegemónico abrindo brechas de reflexão alternativas acerca daquilo que podemos definir como *corpo da nação*. A emergência de partes silenciadas do discurso sobre a Nação exactamente através de contra-narrações que devolvem existência às margens, àquelas partes da gramática da Nação que o discurso do poder tem tendência a omitir, torna mais complexo o quadro total e acaba por pôr em causa a própria história comum entendida como construção.

É o que acontece, no campo da literatura, em duas obras profundamente diferentes entre elas: *Os sobreviventes da noite* de Ungulani Ba Ka Khosa (2005) e *Actas da Maianga* de Ruy Duarte de Carvalho (2003).

Apesar das muitas e manifestas diferenças (de nacionalidade e geração dos autores, contexto, género literário para citar apenas algumas delas) as obras citadas parecem partilhar o mesmo pano de fundo, o da guerra civil, e uma mesma inquietação: levar a reflexão sobre o presente pós-colonial para as margens da Nação num sentido não apenas geográfico, mas de voz. A questão que, a meu ver, ambos os autores parecem colocar é: quem fala em nome de quem quando se fala de Nação? E, também, qual é a voz com que falam os que não são representados nos centros metropolitanos de poder?

1.

Porque aqui não se admitem margens. Tens de falar a mesma língua e pronunciar a mesma palavra: sangue.

Ele não sabia o que era uma Nação, a sua pátria, era sua tribo, o seu deus eram os seus espíritos ancestrais.

Arrancaram-no, como aos outros, da terra mãe e deram-lhe uma arma.

Ungulani Ba Ka Khosa

O escritor moçambicano Ungulani Ba Ka Khosa, em 2005 escreveu *Os sobreviventes da noite*. Trata-se de um romance cru onde é contada a história de um bando de crianças soldado e de alguns outros militares. O primeiro elemento que chama atenção do leitor e que pode ser visto como uma chave de leitura do romance, é que toda a construção discursiva no livro é desenvolvida num horizonte marcadamente masculino. As figuras femininas entram na narração apenas enquanto corpo permanente violado (materno muitas vezes, mas apenas no sentido da sua capacidade de procriar – “as verdadeiras mães são as que conosco convivem, e nos dão filhos dignos de ostentarem os nomes com que os baptizamos” (KHOSA, 2005:97) –, corpo abusado pelos militares que o usam parecendo, como muitas vezes acontece nas guerras, nem reparar que se trate do corpo de outro ser humano.

Em alguma medida essa total ausência do feminino como sujeito da própria organização e construção narrativa nos remete também a uma primeira possível consideração sobre a intenção narrativa do autor: o corpo da mulher acaba por ser a metonímia da Nação, entendida como possível e sonhado chão comum: enquanto corpo abusado, reduzido a uma função que nem tem a ver com a satisfação do prazer sexual, mas apenas de repositório das mais básicas e elementares pulsões animais. Tal como a terra, ele é completamente privado da sua natureza e da sua, igualmente natural, capacidade reprodutiva:

No acampamento só existiam homens e mulheres. Todos fodiam e bebiam. Todos, ou quase todos, matavam. E poucos engravidavam, não por infertili-

dade genética, mas porque o coito, a foda, o espermatozóide, carregava em si o estigma da infertilidade dos que do rapto faziam o ofício da sobrevivência (KHOSA, 2005:53)

Assim, os filhos que nascem (daqueles corpos e daquela terra) são bastardos, privados como são de qualquer ligação com uma raiz afectiva e de uma qualquer pertença geográfica, sendo-lhes negada, como consequência, qualquer dimensão capaz de projectar-se num possível futuro: “Quando não há amor não há filhos, há bastardos. Pelos acampamentos por onde passei vi poucos bebês. Não ouvi aquele choro de bebês que dão vida a uma povoação. Só oiço choro dos adultos” (KHOSA, 2005:71).

Parece-me resultar patente mesmo nestas breves linhas a outra dimensão que caracteriza a narração do romance de Khosa: a inversão de todo o sentido comum que acaba por projectar o leitor numa espécie de *mundo al revés* que se rege por regras próprias, que pouco ou nada tem a ver com tudo aquilo que estamos habituados a viver e, coisa mais importante na perspectiva de uma construção narrativa, a ouvir. A narração das margens, das partes espúrias do corpo nacional acabam por oferecer, ao mesmo tempo, uma contra-narrativa que se matiza numa leitura complexa do corpo nacional.

O apagamento da dimensão do “devir”, dimensão temporal, é preciso lembrar, em que se move qualquer discurso revolucionário, torna impossível imaginar no romance um horizonte capaz de abranger qualquer outra coisa que não seja a história da gesta bélica deste pelotão de homens sem passado e sem futuro, que no fundo são vítimas e protagonistas ao mesmo tempo de uma narração anti-heróica onde cada utopia é destruída.

O próprio sujeito da narração, as crianças, natural futuro da Nação, são apenas instrumentos na mão da cegueira imposta pela racionalidade das armas. Elas nascem, nunca sabemos bem de quem – “a mãe de Sabonete podia ser considerada poliandra, por ter como maridos designados os já designados combatentes” (KHOSA, 2005:91) –, têm nome de objectos quotidianos, cabendo assim num mapa enlouquecido, onde valem apenas as regras da própria ausência de regras. Sabonete, tal como muitas outras crianças soldado, tem um nome que não é um nome de gente: “os apelidos nestas africanas terras tem uma localização precisa, uma árvore, ainda que imprecisa em certos ramos, genealógica definida e uma matriz assumida” [Khosa, 2005:54]). E

essa ausência de nomeação, tal como o próprio Ba Ka Khosa nos lembra no romance, acaba por ser igual a uma antiga prática colonial “segundo a qual o administrador, no inviolável palácio do seu poder ditava tudo , incluindo o registo dos nomes. Ele ditava nomes e apelidos ao preto escrivão que os registava em livros encadernados” (KHOSA, 2005:15) .

No fundo, mesmo num Moçambique finalmente livre e independente funciona a mesma lógica de cancelamento do indivíduo e da sua cultura, que no antigamente era imposta pelos “administradores” coloniais, isto é por aqueles que ditavam regras numa terra alheia, ocupada imprópriamente. As práticas exercidas pelos soldados “revolucionários” acabam por não se afastar muito daquelas exercidas no tempo colonial revelando assim o próprio fracasso do sonho revolucionário.

Outro elemento, a meu ver, significativo e fortemente revelador da antiutopia que alimenta as razões desse romance, é a ausência da noção de nomeação que se mantém também no que diz respeito à topografia, aliás, para melhor dizer, à total ausência da topografia dos lugares. No livro, devido ao cancelamento da rede natural onde cada indivíduo naturalmente se coloca ao longo da sua vida e ao apagamento de qualquer tipo de relação originária, não há geografia possível e partilhável por uma comunidade. Ao longo da narração são escassos os nomes reais dos lugares, quase a indicar uma topografia que não pode ser reconhecida a não ser pelas razões da guerra:

Nome é provável que tivesse. Mas na sua mente nada lhe vinha, o que é de acreditar, pois os nomes, nestes mundos desconhecidos no mapa dos interesses, se não estivessem ligados a um rio, a uma montanha, a um lago, ou a uma jazida, eram efêmeros (KHOSA, 2005:19).

Esta ausência de um mapa da acção reconhecível faz com que tudo aconteça num território avulso do corpo da Nação, atravessado como ele é, na descrição de Khosa, por esses bandos de homens sem destino. A única regra é a da guerra, uma guerra civil, é preciso lembrar, que rasga o próprio tecido do sonho da independência. A guerra é o único “tempo”: Sabonete, uma das crianças do livro: “Tinha idade da guerra” (KHOSA, 2005:20). A própria personagem declara: “o meu pai é a guerra. Cresci por entre as árvores. A minha vida é nos acampamentos. Hoje estou aqui, amanhã ali. Sempre as mesmas

palhotas, as mesmas armas, as mesmas caras. As pessoas são sempre as mesmas. Não consigo notar as diferenças” (*Idem*:96).

O corpo da nação acaba por ser também uma pátria mutilada. Ao longo do romance são muito frequentes as descrições de amputações de corpos de vivos e mortos. Conta-se como as crianças soldado são instigadas a “cortar” a golpes de catana as existências alheias. E a permanente amputação de corpos, geografias, tempos, torna-se, no meu entender e mais uma vez, uma espécie de sonho ao contrário da construção de uma dimensão, capaz finalmente de dar espaço e incluir todos as componentes da Nação outrora sonhada. Paradigmática neste sentido da inversão da esperança revolucionária é a história de Nobela que depois da independência “atordoado com o dilúvio de palavras (...) teve clara noção de onde estava o poder (...) seis anos depois Nobela regressara à vila com quarenta homens armados a seu comando... .” (KHOSA, 2005:47).

A questão dos “novos tempos” é, como é fácil de imaginar, fulcral. Mesmo que esboçada de uma maneira incerta do ponto de vista narrativo, a dicotomia hoje/antigamente matiza-se duma maneira às vezes demasiado óbvia na dicotomia velhos/novos valores:

Desligando-se para sempre das raízes à luz dos novos tempos que abraçaram e que chamavam de revolução e de criação do homem novo que olhava ao passado como a um amontoado de práticas supersticiosas erigidas e santificadas por néscios que o tempo novo se encarregaria de exorcizar e alfabetizar com as cartilhas de palavras igualitárias. (KHOSA, 2005:35)

Os novos tempos parecem ter deixado espaço apenas a uma “orgia dos loucos” cujo único objectivo é a desestabilização de tudo o que existe fora da lei do grupo, único “agente” capaz de devolver identidade mesmo que se trate de uma identidade atravessada apenas pelos massacres: “nos atacávamos grupos de pessoas e não indivíduos. No grupo não havia nomes a acompanhar-nos na memória da insónia. No grupo não nos preocupávamos com a identidade e as linhageiras relações” (KHOSA, 2005:121).

Na ausência do corpo nacional a vida nestas margens se reduz então a uma confrontação entre grupos, fora de qualquer horizonte possível de perspectiva comum, onde apenas há espaço para um contínuo jogo entre um “nós” e

um “os outros”, onde tudo vale e onde, sobretudo, pouco espaço existe para o dialogo entre as partes de que se devia compor a Nação outrora sonhada: “esse era o objectivo, o desiderato maior destas guerras que não tocavam uma fronteira nacional, um só povo, uma só etnia, mas todas as nações, todas as cores, porque o caos tinha que se sobrepor ao Eros (. . .)” (KHOSA, 2005:130).

2

A Nação é um dado social que só se realiza na sucessão de presentes de que se faz o curso de uma história comum que acabará por exprimir uma comunidade de interesses.

A apreensão, portanto, de alguma coisa, talvez de muita coisa, de que para dar conta é indispensável estar.

Ruy Duarte de Carvalho

Actas da Maianga (2003), cujo subtítulo é ... *dizer das guerras, em Angola...* (importante chamar a atenção para a posição onde é colocada a vírgula...) foi escrito por Ruy Duarte a partir de Fevereiro de 2002, isso é logo a seguir ao fim da guerra civil em Angola, como sabemos, uma das mais longas do século XX. No complexo jogo de coerente construção da sua obra, no qual a definição de género literário torna-se complexa e sobretudo reductiva, podemos afirmar que este livro, incluído porém pelo próprio autor na parte ensaística da sua produção, pode ser lido como uma sequência narrativa sobre a nação pós-colonial pela variedade de temas sobre os quais ele se debruça e sobretudo pelas questões que nele são levantadas.

A intenção do livro é contar Angola a partir da guerra que é sentida como o verdadeiro momento de clivagem da contemporaneidade angolana, considerando que é exactamente a partir dela que muda também a urgência de “dizer o País”, finalmente livre do conflito, mas, por outro lado, livre também do conflito entendido como eterno pretexto para não enfrentar os seus problemas. Trata-se de um livro provocatório e lúcido, cuja verticalidade se impõe ao leitor levando-o a colocar a Angola de hoje dentro um contexto mais

abrangente, que remete não apenas para a sua importância estratégica a nível internacional, mas sobretudo para a sua pertença “continental”, e para partes que em tempo de paz vão compor o próprio corpo da nação.

Ruy Duarte, enquanto autor das reflexões, acaba por ser o narrador (ele define-se cidadão e agente social) de um espaço (Angola) dividido entre uma capital macrocéfala, Luanda (em outros tempos Eça de Queiroz denunciava algo parecido no que diz respeito a Portugal, *sic*) e uma imensa geografia de lugares que ficam à margem do discurso nacional e da “narrativa” oficial. Muitos são os temas abordados nas 294 páginas que compõem o livro: nelas se fala de guerra e de paz, de política africana, de direitos, de conceitos de desenvolvimento, de literatura e cultura nacional, mas adivinha-se claramente a perspectiva de alguém que, “órfão do império” (CARVALHO, 2008), tem vindo a apreender Angola pelas margens e não pela vida da capital. Angola nos é apresentada como uma expressão localizada de um processo de ocidentalização (forçada?) do qual tem vindo a fazer parte muitas das culturas dos países do chamado Terceiro Mundo – processo que tem como consequência a construção de um modelo de modernidade num sentido único, como recorda José Luís Cabaço nas suas belas páginas sobre o livro de Ruy Duarte (CABAÇO, 2006:41).

O que aparece fulcral na narrativa da Nação que é este *Actas da Maianga*, é que a independência deu sobretudo a responsabilidade (por além da possibilidade...) de construir Nações capazes de interromper aquele processo de inferiorização do africano levado a cabo pelo colonialismo, mas que no fundo o grande falhanço das políticas promovidas pelas elites no poder em Angola é ter perpetuado a “surdez” para com existências de outras realidades do corpo da Nação tal como na época colonial. Nessa perspectiva, toda a “narrativa” das *Actas da Maianga* (e não só, atrevo-me a dizer...) pode ser resumida a uns poucos eixos fundamentais reconduzíveis ao escasso conhecimento que o País tem de si próprio, o que leva em muitos casos a falsear as necessidades locais.

Um exemplo para todos é a parte do livro em que Ruy Duarte conta, com não pouca (trágica...) ironia uma missão no interior do País em companhia de um consultor francês e da empenhada boa fé dele em falsear as necessidades locais numa perspectiva que não consegue não prescindir de uma mera utilização passiva das tecnologia e dos saberes eventualmente adquiridos. Tudo isto em nome de uma ideia de desenvolvimento a sentido único que decide

as necessidades das populações locais, sem dar-se ao trabalho de observar as suas estratégias individuais de sobrevivência que as protegem diariamente do esquecimento e do desamparo do centro. No fundo o que se discute no livro é o direito a opor-se a uma ideia de “causa nacional como homogeneização compulsiva” (CARVALHO, 2003:237) e da incapacidade dentro do mesmo corpo da nação de viver outras práticas da modernidade, outros presentes de Angola, e que apenas num processo capaz de incluir estas outras partes e essas outras narrativas se poderá falar de uma identidade nacional capaz de respeitar todos os indivíduos de que se compõe a Nação.

Nesta perspectiva cabem as considerações sobre a guerra, quando Ruy Duarte afirma que é preciso “*dizer da guerra de Angola, da guerra em Angola e de Angola na guerra*” (CARVALHO, 2003:23) e que apenas uma análise do conflito capaz de ter em conta essas três diferentes perspectivas pode retratar a complexidade do que a guerra significou para Angola, vivida como ela foi até a exaustão (CARVALHO, 2003:61). Do terraço da sua casa da Maianga, do centro de Luanda, do centro da macrocéfala Angola, Ruy Duarte nos propõe um olhar que nunca prescinde da experiência da margem para olhar o corpo da Nação e é exactamente por isso que ele pode afirmar que “Angola que foi sempre maior de quem a governou” (CARVALHO, 2003:51) e que a única reconciliação possível depois de tanta guerra pode partir apenas da consciência, por todos partilhada, que “faz-se o mundo é de sujeitos” (CARVALHO, 2003:17). Sem isso, a paz será uma paz onde tudo será igual ao tempo da guerra, sobretudo para aquelas realidades que com mais dificuldades tem acesso ao sistema do poder nacional: “não será a guerra continuada por outros meios’ (...) será a paz uma questão de ‘balance’”? (CARVALHO, 2003:61). E mais explicitamente ao escrever que:

O Estado na maior parte de África precede a nação e onde é o espaço que une organicamente a nação ao Estado, onde o sentimento de pertencer a uma Nação – inscrita num determinado território – há de ocorrer como resultado da estatização de um espaço onde anteriormente jamais existiu uma nação à dimensão do território em causa. (DUARTE, 2003:17)

O autor coloca aqui o problema da voz. Para Ruy Duarte não se trata apenas um problema de “devolver” a voz a os outros da Nação (hoje “subal-

ternos” mas um dia futuros sujeitos?), mas sim de criar condições para que as vozes de todas as componentes de um chão comum tenham, em pé de igualdade, capacidade de dizer o seu existir.

A reflexão sobre a contemporaneidade angolana, no momento de todas as possibilidades que o fim da guerra pode passar a ser, estende-se na última secção do livro às “Identidades, culturas & literaturas”. O fio vermelho que une esta parte é especular ao teor das afirmações relativas a cena política e social: a grande aposta de uma cultura nacional reside na capacidade de construir uma visão de si própria que não seja, como acontece ainda hoje em Angola, profundamente e demasiadas vezes exclusivamente, tributária do que o Ocidente espera de África (na difícil passagem que torna os “objectos”, sujeitos da sua própria narrativa), capaz de dizer e atravessar as fronteiras das múltiplas e possíveis narrações e identidades impostas pelo discurso hegemónico do poder.

3. Em jeito de conclusão

A memória da violência muitas vezes se confunde com a violência da memória. Nunca é fácil recordar e é por causa disso também que como num processo de catarse colectiva torna-se ainda mais difícil o acto de lembrar. Mas, num processo que se propõe como de criação de identidade comum é apenas a partir deste mesmo acto que se pode partir para a construção de um futuro comum tendo como objectivo uma identidade abrangente e efectivamente partilhada por todos os sujeitos da Nação.

A narração de tempos de escassa ou sem utopia como os tempos narrados nos dois livros acerca dos quais tentei esboçar algumas reflexões, cruza-se com uma rede de complexas dinâmicas que tem a ver com a capacidade de contar o momento fundador “a quo” se pode falar de um território comum para toda a Nação. Ambos os livros, cada um à sua maneira, porém, parecem colocar a questão das margens, das partes recalçadas do corpo da própria Nação. A memória então, neste contexto, torna-se um género textual e um lugar de textualização da identidade (DEMARIA, 2006:34) Vale a pena então perguntar até que ponto a memória cultural é, ela própria, uma prática cultural, e em que termos podemos definir a sua escrita, considerando que o texto dia-

loga, demasiadas vezes e em contextos de uma ainda frágil identidade, com a “presença da ausência de memória”, para usar um termo caro a Paul Ricoeur.

O contínuo oscilar nestes contextos entre conservação e olvido tornam complexo o diálogo com uma ideia de memória entendida como processo de arquivamento de diferentes memórias. A memória social é raramente a mera suma de memórias individuais e a eficácia social de cada representação mnemónica nos fornece importantes elementos acerca da forma como cada cultura é capaz de contar o seu passado e por consequência o seu presente. Memória cultural e memória social, como sabemos, nem sempre coincidem, conforme explica o facto de os vestígios do passado serem constantemente reinterpretados. Nesta perspectiva é importante considerar, com o filósofo Roberto Esposito, que a memória torna-se uma espécie de “reserva” para enfrentar o presente. Mas é importante dizer que, se é verdade que os grupos, voltando a elaborar memórias colectivas consideradas fundadoras, conseguem tornar-se comunidades mnemónicas, eles precisam sempre de uma narração, sem a qual o passado fica imóvel. Por este processo cada colectividade ou comunidade mnemónica torna-se muitas vezes uma comunidade narrativa (JEDLOWSKI, 2009) no sentido de uma comunidade capaz de construir uma narração compatível com o modelo de nação que escolheu para si própria. E da capacidade de gestão dos conflitos (e da sua memória) entendidos como momentos “*a quo*” começa uma identidade comum e pode nascer uma memória comum.

A Nação pós-colonial tem que enfrentar o seu recalçamento e o recalçamento que praticou em relação às suas partes, num processo parecido ao que atravessa hoje a narrativa comum da antiga metrópole, e assumir as suas guerras de memórias, narrativa comum que passa, por sua vez, pela dignificação do discurso das narrativas das margens, que precisam ser incluídas como fonte paritária de uma identidade comum e realmente partilhada.

Apenas a fragmentação do olhar pode devolver realidade a identidades em lento processo de construção. Como no lema da Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura, do Chile: *no hay mañana sin ayer*, não há amanhã partilhado possível sem uma memória capaz de dizer uma Nação que seja realmente de todos.

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Benedict. *Comunità Immaginate*. Roma: Manifesto libri, 2000.
- BA KA KHOSA, Ungulani *Os Sobreviventes da Noite*. Maputo: Imprensa Universitária, 2005.
- BLANCHARD, Pascal e VEYRAT-MASSON Isabelle (orgs.), *Les guerres de memoires- La France et son histoire*. Paris: La Decouverte, 2010.
- BANCEL, Nicolas, BERNAUT, Florence, BLANCHARD, Pascal, BOUBEKER, Ahmed, MBEMBE, Achille, VERGÈS, Françoise *Ruptures Postcoloniales*, Paris, La Découverte, 2010.
- CABAÇO, José Luís. *Gentes, Agentes e Agendas... a propósito de uma leitura das Actas da Maianga* em Revista “Setepalcos”, Coimbra: n. 5, julho 2006. Número em homenagem a Ruy Duarte de Carvalho:40-44
- CARVALHO, Ruy Duarte de. *Actas da Maianga*. Lisboa: Cotovia, 2003.
- CARVALHO, Ruy Duarte de. *A câmara, a escrita e a coisa dita...: fitas, textos e palestras*. Lisboa: Livros Cotovia, 2008.
- DEMARIA, Cristina *Semiotica e memoria, analisi del post-conflitto*. Roma: Carocci, 2006.
- JEDLOWSKY, Paolo *Il Racconto come dimora*. Torino: Bollati Boringhieri, 2009.
- Revista “Setepalcos”, Coimbra: n. 5, julho 2006. Número em homenagem a Ruy Duarte de Carvalho.
- VÁRIOS. *Dei-me portanto a um exaustivo labor*, CCB, Lisboa, 2008. Revista em Homenagem ao Ruy Duarte de Carvalho em ocasião da retrospectiva sobre a sua obra.
- STORA, Benjamin “*La France et “ses” guerres de mémoires*” em BLANCHARD, Pascal e VEYRAT-MASSON Isabelle (orgs.), *Les guerres de memoires- La France et son histoire*. Paris: La Decouverte, 2010:7-13.

Recebido em 13 de abril e aprovado em 13 de maio de 2010.